



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA NÚMERO CINCO

Aos vinte e sete dias do mês de Setembro de dois mil e dois, pelas catorze horas, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da acta da sessão anterior;

2. Período de antes da ordem do Dia;

3. Período da Ordem do Dia:

3.1 Apreciação e votação na Especialidade do Regimento da Assembleia Municipal.

4. Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.

Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal endereçou os cumprimentos a todos os presentes e aos munícipes presentes nesta Assembleia.

Estavam presentes os seguintes Senhores Deputados:

Irene Paixão dos Santos Leitão, João Adelino Paixão Salvado, Albino Saraiva Cardoso, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Delfina da Graça Matos Guedes Monteiro, João Lucas Leitão, Germano Jesus Mamede Cleto, António Ricardo Craveiro Cleto, Germano Graça Morais, Lúcia Fernandes Almeida Paiva, Umberto Massano Leitão, João Clara Assunção, Fernanda Isento Pereira, Manuel Craveiro Aldeia, Luís Pedro Matos Soares, José Quaresma Domingos, José Martins Cleto e Joaquim Fernandes Albuquerque.

Foram considerados de acordo com a Lei os pedidos de substituição previamente solicitados pelos Senhores Deputados, José Fernando Carona Leitão, António Lívio Martins Roque, Marco Daniel Lucas Morais e José Manuel Novo de Matos.

Procedeu-se à correcção da acta número quatro.

Usou então da palavra o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso para dizer que em relação ao que tinha dito na Assembleia anterior a acta número quatro não traduzia o significado exacto das suas intervenções.

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Deputado Manuel Craveiro Aldeia para referir que relativamente à sua presença na Assembleia anterior estaria legal e que o PSD teria feito uma interpretação abusiva da Lei.

Após as correcções à acta procedeu-se então à votação da mesma tendo-se obtido a seguinte votação: 7 Votos contra : 3 Abstenções : 9 Votos favor.

Seguidamente, o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso usou da palavra para ler uma declaração de voto onde refere que estão a tornar-se num hábito as omissões e as imprecisões das actas anteriores, e que devido a todos estes factos justificam-se os votos contra em relação à aprovação da acta anterior.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento a todos os presentes da correspondência recebida pela Assembleia Municipal.

Da Câmara Municipal de Manteigas leu-se a deliberação tomada sobre a apreciação das propostas apresentadas na reunião do Executivo sobre as tarifas da água.

Seguidamente deu-se conhecimento da entrada de um baixo assinado contendo mais 645 assinaturas, entregue pela Comissão Concelhia do Partido Comunista, perfazendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

até ao momento um total de 1905 assinaturas.

Foi lida a resposta ao ofício de 23/02 de 26/09/2002 relativo às faltas dos Membros da Assembleia Municipal, para esclarecimento do caso ocorrido com o Senhor Deputado Manuel Craveiro Aldeia. O que se passou foi que o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, apenas comunicou por escrito da sua ausência, não manifestando na dita comunicação a intenção de ser substituído. Como tal, a sua substituição não foi legal, e portanto o Senhor Deputado Manuel Craveiro Aldeia não tinha assento nesta Assembleia, como se pode verificar por esta carta.

Hoje, o Senhor deputado Manuel Craveiro Aldeia está de facto bem assente nesta Assembleia porque o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos mandou por fax o pedido para ele o substituir.

Foi ainda entregue um pedido pelo Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para enviar cópias de todos os documentos da reunião do executivo realizada em Março passado.

Foi entregue pela Câmara Municipal de Manteigas o Boletim Municipal a esta Assembleia.

Da Junta de Freguesia de São Pedro – Manteigas foi lido e entregue a esta Assembleia pelo Senhor Presidente da Junta um documento sobre a CEFF,s.

Foi entregue pela Senhora Maria Emília Saraiva de Carvalho um baixo assinado sobre o comportamento da GNR.

A Assembleia Municipal de Seia manda um documento aprovado na reunião ordinária de 28 de Junho que se refere à remuneração dos políticos, tendo este documento sido posto para consulta de quem o solicitasse.

Foi dado ainda o conhecimento a todos os Deputados desta Assembleia para darem as moradas do correio electrónico para receberem por este meio informações, actas, documentos de interesse Municipal, etc.

Depois de lida a correspondência, e tendo sido esta colocada ao dispor de quem a quiser consultar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, esclareceu que o atendimento ao público é no final das sessões e que este só se pode pronunciar sobre os assuntos que constem da convocatória da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia iria explicar o porquê desta reunião ter sido mudada para as catorze horas, e dirigiu-se ao representante da CDU, comunicando que não lhe admitia que brincasse com as instituições. O Senhor Presidente da Assembleia frisou que o Senhor representante da CDU, esteve na reunião com os outros representantes dos partidos, onde foi comunicado que a Assembleia teria de ser antecipada, tendo o Senhor representante da CDU não entendido e preferiu incendiar mais a população de Manteigas, com a declaração emitida pelo Partido Comunista.

O Senhor Deputado Manuel Craveiro Aldeia, contrapôs dizendo que o Senhor Presidente da Assembleia estava a fazer uma interpretação abusiva do que se tinha passado, tendo apenas os representantes da CDU manifestado a sua posição quando foi comunicada a alteração da reunião para as catorze horas, alegando que a essa hora a população não poderia participar e contribuir para enriquecer mais esta Assembleia, ficando assim vedada a participação do público.

O Senhor Presidente da Assembleia, respondeu que como manda a Lei a população é atendida no final das sessões e que mesmo começando a Assembleia às catorze horas, os trabalhos prolongar-se-iam para além das dezassete horas e que a essa hora o público já poderia estar presente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Ainda acerca da alteração da data e hora da reunião tomou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão que comunicou que a verdade tinha de ser reposta muito claramente e que nessa reunião o Senhor Presidente da Mesa questionou se havia algum inconveniente em mudar a reunião para as catorze horas do dia vinte e sete, porque havia uma participação na Feira Popular de algumas colectividades, tais como, a Banda Música Nova, e haveria alguns Deputados que iriam acompanhar as ditas colectividades, não podendo por isso estar presentes nessa noite. A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão comunicou nessa reunião que da sua parte e pessoalmente não havia nenhum inconveniente, mas face ao comunicado do Partido Comunista que diz que o PSD mudou maldosamente a reunião e face à opinião pública generalizada em Manteigas, que a reunião teria sido mudada para as 14 horas, para que a população não pudesse participar e desta forma manifestarem-se. Perante isto, a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão propôs para que fosse desmentido o comunicado do Partido Comunista e para que a situação se clarificasse que se suspendesse esta reunião e que se reiniciasse na próxima segunda-feira, às 20 horas ou 21 horas, porque desta forma toda a população que queira assistir tem disponibilidade para o fazer, frisando que a Lei permite a suspensão das reuniões.

No seguimento deste assunto o Senhor Presidente da Assembleia propõe a votação duas propostas:

Proposta A: Proposta do PS que propõe suspender a reunião e continuá-la segunda-feira às 20:30 horas.

Proposta B: Proposta do Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado, que propõe que a reunião continue e que se adie o ponto de atendimento ao público para segunda-feira às 20:30 horas.

Resultados das votações:

Proposta A: Votos contra : 10; Abstenções : 0 e Votos favor : 9

Proposta B: Votos contra : 9; Abstenções : 1 e Votos favor : 9

Como houve um empate na votação da Proposta B, coube ao Presidente da Mesa decidir, tendo então sido aprovada a Proposta B.

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão para pedir que os Senhores Vereadores do PSD explicassem em concreto os fundamentos económicos da proposta feita na Câmara Municipal para a manutenção das actuais tarifas da água.

Na sequência de ter sido invocado o nome do Senhor Presidente da Câmara este pediu a palavra e explicou que o Executivo anterior, ao qual a Senhora Deputada pertenceu aprovou aderir a um sistema criado por Decreto-Lei, pelo Ministério do Ambiente, onde os Concelhos nomeadamente de Manteigas, Belmonte, Covilhã, Guarda e Fundão, poluíam as águas do Zêzere e Côa, e como estas vão chegar a Lisboa era necessário fazer uma intervenção nestes rios num total aproximado de 30 milhões de contos, no sentido de se fazer a despoluição dos rios.

Foram apresentadas 2 teses ao executivo Municipal, ou se adere ou não ao sistema. Por unanimidade a Câmara Municipal decidiu aderir ao sistema, e decidiu ainda, levar este assunto à Assembleia Municipal para sancionar este processo.

A Assembleia Municipal deliberou aderir ao sistema. Como Manteigas tem efluentes equiparados a 20.000 habitantes, coube a Manteigas um capital social de 1,05 relativamente à empresa. A partir daqui a empresa apresenta todos os estudos económicos de desenvolvimento da exploração numa concessão por 20 anos, que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

apresentada ao Executivo Municipal.

Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, tinha conhecimento no anterior Executivo do valor da exploração da água no Concelho de Manteigas.

Referiu ainda que estaria de acordo em se propor uma moção ao Ministro da Tutela dizendo que com estes custos da água está-se a acentuar as diferenças entre o interior e o litoral, nomeadamente os Concelhos da Serra da Estrela.

Por último, refere que esta Assembleia pode apenas propor, ir ao governo, aos ministros, aos ministérios, fazer moções, e neste caso apenas discutir o facto de remodelar ou alterar as tarifas propostas pela Câmara.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usou então da palavra para dirigir-se de novo ao Presidente da Câmara, lembrando que quando o PS votou à adesão da empresa de Águas do Zêzere e Côa, foi feita uma declaração de voto, onde se visava a salvaguarda do interesse da população de Manteigas quanto aos custos, tendo o Senhor Presidente da Câmara comprometido a salvaguardar esta situação.

Pedi a palavra o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, para dar conhecimento que até ao momento, ainda não lhe tinha sido dada resposta a uma carta enviada ao Senhor Presidente da Mesa, onde perguntava, quais os elementos que sustentavam o aumento da água colocando 2 perguntas à Mesa:

Qual foi o contrato de gestão celebrado entre a empresa de Águas Zêzere e Côa e a Câmara Municipal.

Qual o custo da água ao consumidor considerando a produção e a manutenção da água.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e explicou o contrato estabelecido com a empresa de Águas Zêzere e Côa e respectivos custos da água.

Usou então da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, para apelar à Câmara Municipal que reflectisse sobre as taxas aprovadas como consta da página 17 da acta anterior e que essa reflexão não tinha sido feita, pois as taxas mantiveram-se inalteradas.

Disse ainda, que não tinham sido executadas todas as possibilidades para repor as taxas iniciais, ao que contrapôs o Senhor Presidente da Câmara dizendo que a proposta, já tinha sido aprovada, e que por Lei não podia rever a alteração das taxas.

O Senhor Deputado José Quaresma Domingos perguntou ao Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, qual o conteúdo, ou se já havia alguma resposta à carta enviada em nome do grupo parlamentar do PS à Procuradoria Geral da República.

Respondeu o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, que ficou uma cópia da dita carta na Mesa e que consta da última acta. Não tinha conhecimento se haveria ou não resposta à carta, remetendo para o presidente da Assembleia esta informação, à qual respondeu que ainda não tinha sido dada resposta á carta enviada em nome do grupo parlamentar do PS.

A Senhora Deputada Delfina Guedes Matos Monteiro, pediu mais uma vez ao Senhor Presidente da Câmara que reflectisse sobre o assunto das taxas aprovadas, referindo que os custos da distribuição da água dos outros Concelhos, não eram iguais a Manteigas. Referiu que concordava que o consumidor poluidor deve pagar, deixando uma recomendação para que a Câmara Municipal revisse as tarifas do lixo, já que uma família comum não produz tanto como citou por exemplo o Monteverde. Por último referiu que os contentores do lixo este ano ainda não tinham sido lavados.

O Senhor Deputado José Martins Cleto, critica a impressão do Boletim Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

particularmente a informação dada no Boletim Municipal. Em seguida, leu um trecho de um texto para os presentes melhor compreenderem a sua preocupação para com a Freguesia de São Pedro, no qual essencialmente faz referência à discriminação desta Freguesia por parte da Câmara Municipal. Critica ainda a demora por parte da Câmara Municipal em despachar um ofício da Associação Florestal de Manteigas.

O Senhor Vice-Presidente José Manuel Saraiva Cardoso respondeu justificando que nesses 4 dias se meteu o fim-de-semana, e o ofício teria sido enviado dentro da normalidade. Reforça, mais uma vez, da importância do correio electrónico, para que os processos sejam mais rápidos.

O Senhor Deputado Manuel Craveiro Aldeia, perguntou ainda à Câmara Municipal, se fez algum estudo de viabilidade, para se saberem quais as vantagens e desvantagens para o Concelho pela adesão à empresa de Águas do Zêzere e Côa, e se os Senhores Deputados Municipais tiveram acesso a essa informação e qual as percentagens de capital que a Câmara detém na empresa.

O Senhor Deputado Germano de Jesus Mamede Cleto foca mais uma vez, que é preciso prevenir que não haja disparidades nas tarifas dos Concelhos que aderem à empresa de Águas do Zêzere e Côa. Defende que deve existir um coeficiente unanimemente estabelecido, isto é, têm que existir critérios quantitativos, rigorosos, válidos para todos os Municípios. Disse ainda que não põe em causa os benefícios provenientes da adesão do Concelho de Manteigas à empresa de Águas Zêzere e Côa.

O Senhor Vice-Presidente José Manuel Saraiva Cardoso pediu a palavra onde manifesta que concorda com a opinião do Senhor Deputado Germano de Jesus Mamede Cleto, onde elucida que o problema das tarifas da água não é partidário, nem político mas sim um problema técnico. Poderá ser político na medida em que o Ministro do Ambiente poderá arranjar alternativas de financiamento que as autarquias não têm. Informou que o Município da Guarda que já possui as tarifas mais altas, aumentou-as na ordem dos 18%, enquanto que o Município do Fundão aumentou as tarifas em comparação com as nossas.

Referiu ainda que, as taxas estão a ser homogeneizadas e comparou as tarifas da água do Município de Manteigas relativamente ao Município do Fundão, onde os escalões de água são iguais.

	Manteigas	Fundão
1º Escalão	0,3€	0,3€
2º Escalão	0,4€	0,5€
3º Escalão	0,6€	0,7€
4º Escalão	0,9€	1,10€
5º Escalão	1,1€	1,90€

Por último, referiu que à excepção de Belmonte, Manteigas tem as tarifas mais baixas da zona da Serra da Estrela.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, referiu que com base no protesto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, queria também comunicar que lhe parece que a dita Junta está a ser alvo de discriminação em relação às outras Juntas de Freguesia, devido ao facto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro estranhar a demora na recepção de uma comunicação que lhe era dirigida, e parece-lhe pela leitura que faz da carta dele que vem no Boletim Municipal. Informou ainda que, a Junta de Freguesia de São Pedro em 2002 não foi contemplada com os subsídios atribuídos através do CEFF,s, para a limpeza dos caminhos, e que todos os pedidos de instrução destes subsídios que são feitos por membros da autarquia do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

executivo são elaborados e encaminhados deste serviço o foram devidamente para as outras Juntas, Santa Maria, Vale de Amoreira e Sameiro receberam os ditos subsídios. O Senhor Presidente da Mesa perguntou ao Senhor Presidente da Junta de São Pedro se este se tinha candidatado a estes subsídios, ao qual respondeu que não. A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, referiu então, que é Câmara Municipal e não a freguesia que se candidata, os pedidos são instruídos através da Câmara.

Seguidamente, usou a palavra o Senhor Deputado João Lucas Leitão, para voltar a falar dos tarifários da água, para dizer que a bancada do PSD também não gosta de pagar mais pela água, referindo que toda a gente paga igual e adiantou para que algum dos presentes avançasse com um requerimento para impedir que o Município adira à empresa de Águas do Zêzere e Côa.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, para questionar se as actas estão a ser enviadas a todos os elementos da Assembleia, ao que lhe foi respondido que sim. De seguida passou a ler um documento onde refere que as actas devem conter tudo o que se passa nas reuniões resumidamente, tendo este documento sido apresentado e não constou da acta da Assembleia de Março, nem Abril, nem em Junho, ou seja, não consta em acta alguma.

O Senhor Deputado Manuel Craveiro Aldeia questionou se a Câmara pode ser sócia da empresa pagando a respectiva quota, e não entregar a concessão da exploração da água à respectiva empresa e ao mesmo tempo candidatar-se a fundos comunitários para tratar os efluentes.

O Senhor Presidente respondeu que não era possível.

Regimento da Assembleia Municipal de Manteigas.

O Senhor Presidente da Mesa informou que foi entregue uma proposta para analisar, como sendo uma proposta final do PSD.

Tomou então a palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão para dizer que lhe foi entregue uma disquete com a proposta do regimento, onde lhe pediram para introduzir as alterações que achasse convenientes. Posteriormente foi nomeado um grupo de trabalho para dar a redacção final ao regimento, e que portanto um grupo de trabalho nomeado por uma Assembleia é mandatado pelos outros membros, o que significa que se houver consenso, o que esse grupo de trabalho decidir é o que se deve aceitar.

Tomou da palavra o Senhor Deputado Germano Jesus Mamede Cleto para comunicar que se deveriam votar as alternativas que eventualmente possam haver na discussão deste documento.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, lembrou que teria dito que seria elaborada uma acta a dizer que a comissão de trabalho tinha reunido e aprovado por unanimidade o documento. A Senhora Deputada frisou mais uma vez que não sabia, como é que iriam votar agora o documento porque a comissão é mandatada legitimamente por esta Assembleia ao ser nomeada, e como tal, o que sair da reunião da comissão é o que vai a aprovação.

O Senhor Deputado Manuel Craveiro Aldeia referiu então, que se teria absterido na votação do regimento na comissão de trabalho, mas a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, lembrou que nas reuniões da comissão de trabalho o Senhor Deputado Manuel Craveiro Aldeia concordou com as alterações efectuadas ao regimento.

Após alguma discussão tomou da palavra o Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado para dizer que teria havido alguma confusão por parte do Senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

da Assembleia o que teria dado origem a este impasse, sugerindo que se voltasse a reunir a dita comissão que foi nomeada para o efeito e assim apresentar a redacção final do regimento, e apresentou a seguinte proposta à Mesa:

“Face a divergentes interpretados dos elementos designados pela comissão do regimento da Assembleia, propõe-se que voltem a reunir com vista à elaboração da versão final que ao ser aprovado na comissão é aceite pelo plenário da Assembleia Municipal, bastando que a comissão elabore a referida acta.”

O Senhor Presidente da Assembleia assumiu que teria algumas culpas e que seria melhor votar a proposta anterior.

A proposta foi aprovada com 18 votos a favor e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Junta de São Pedro, comentou então, que tudo isto só mostrava que aqui existia pouca democracia.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão fez uma sugestão, tendo dito que uma vez a sessão ia ser suspensa, a comissão reunisse na 2^o Feira pelas 16 horas a qual for aceite.

Foi ainda, substituído na comissão de trabalho o Senhor Secretário António Lívio Martins Roque pelo Senhor Deputado Carlos Manuel Abrantes Ferrão por não poder estar presente.

Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Assembleia comunicou que recebeu um documento do grupo do PSD, dirigido ao presidente da Assembleia Municipal de Manteigas, sobre a constituição do grupo Municipal, procedendo de seguida à sua leitura.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, perguntou ao Presidente da Assembleia qual era a delegação da Assembleia que ia a Lisboa, à qual foi respondido que seria o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Deputado João Clara Assunção, o Senhor Deputado José Quaresma Domingos e o Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado, não tendo este último confirmado.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual foi o teor da reportagem dada à comunicação social, sobre o problema das águas fluviais.

O Senhor Presidente da Câmara disse não saber a origem da notícia divulgada pela comunicação social, onde dizem que as análises efectuadas pela administração regional de saúde, em Maio/Junho às águas do Rio Zêzere apresentavam salmonelas, no percurso desde o Viveiro das Trutas em Manteigas até Valhelhas inclusive. O Senhor Presidente da Câmara informou que no processo avaliado 3 meses antes, dava todo este percurso totalmente inócuo, relativamente à matéria de salmonelas, ou outras substâncias bacteriológicas que pudessem por em risco a saúde pública.

Esta notícia dá origem a um conjunto de investigações, conduzidas pelo Ministério do Ambiente, através da Guarda e de um grupo especial da GNR, que vêm averiguar se existe poluição visível ou invisível.

Acontece que esta notícia aparece na comunicação social antes da Câmara e da Autoridade Sanitária de Manteigas terem conhecimento. Soube-se depois que tinha sido a Administração Regional de Saúde do Centro, através da sub região da Guarda que deu conhecimento ao Ministério do Ambiente sem ter dado conhecimento em termos de sanidade pública a quem devia, o que foi criticado e fizemos referência a isso.

Foi pedido depois uma monitorização do rio através da empresa, Águas do Zêzere e Côa, e fizeram-se alguns levantamentos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O 1º antes da ETAR de Manteigas, outro imediatamente a seguir à ETAR, um a seguir à fábrica de São Gabriel, um antes de Sameiro, outro imediatamente a seguir aos tanques de Sameiro, outro na Relva da Reboleira, outro antes de Vale de Amoreira, até Belmonte inclusive.

Concluiu-se então uma coisa muito estranha, havia salmonelas antes da ETAR de Manteigas, depois da ETAR também havia, antes de Sameiro não havia, e depois de Sameiro havia salmonelas até Belmonte. O caso era esquisito relativamente a antes da ETAR de Manteigas e antes de Sameiro. Os técnicos do Citeve concluíram que antes de Sameiro a não existência de salmonelas, era devido aos açudes existentes que fazem o arejamento, devido à queda de água, e as salmonelas morreriam devido à oxigenação. Antes de Manteigas descobrimos que um rebentamento de um dos tanques da Truticultura com uma perda de cerca de 800 mil 1 milhão de pequenas trutas mais a carga orgânica alimentar e defecada pelos próprios animais, explicam a existência de salmonelas antes da ETAR.

Antes da Relva da Reboleira houve mexidas no solo devido à praia fluvial e em Valhelhas houve também mexidas no solo a 300 m a montante da praia fluvial que teriam desenvolvido a actividade das salmonelas.

As análises subsequentes vieram confirmar as anteriores, e não se descobriu um agente poluidor específico, sabendo que obrigatoriamente a ETAR de Manteigas é um poluidor, porque está a tratar uma volumetria de efluentes, que não tem capacidade, Apesar de tudo é nesta altura a única ETAR, que neste percurso e até ao Fundão, inclusive, que está a funcionar.

Como estava em causa todo o percurso do Zêzere, a comunicação social veio consultar todos os Presidentes de Câmara situados neste percurso.

O Senhor Presidente da Câmara disse também que contrariamente aos bons hábitos dos manteiguenses, têm vindo a público as mais diversas e subjectivas afirmações, incógnitas e maldosas acerca deste assunto.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão interrompeu para pedir ao Senhor Presidente da Câmara que concretiza-se as críticas referidas atrás.

O Senhor Presidente da Câmara referiu então, que foi distribuído um panfleto anónimo, onde diz que abriram uma praia fluvial com salmonelas e um conjunto de coisas relativamente a ele. Diz ainda desconhecer o autor desse panfleto, mas que sabe quem o distribuiu.

O Senhor Presidente da Câmara informou à Assembleia Municipal que recebeu um comunicado público do Partido Comunista, onde são produzidas nomenclaturas que não existem, tais como:

Associação de Águas do Zêzere e Côa, Central de Combustagem da Cova da Beira.

Devido a esse panfleto, o Senhor Presidente da Câmara, comunicou à comissão concelhia do Partido Comunista, que foi posta em causa a sua dignidade pessoal e funcional, além da sua reputação como Presidente da Câmara, e por esse motivo na próxima semana intentará uma acção contra a secção do Partido Comunista de Manteigas.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se os esgotos de Sameiro estão a provocar salmonelas, e acrescentou que logo a seguir à divulgação da notícia, alguém em Sameiro detectou um tubo de esgotos a céu aberto a descarregar para o rio.

O Senhor Presidente da Câmara disse que todo o rio tinha salmonelas e que existe um tanque perfeitamente ofacitado, construído à cerca de 15 anos, mesmo em cima da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

margem do rio, que eventualmente debita directamente.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, perguntou se já foi pensada alguma solução para este caso.

O Senhora Presidente da Câmara respondeu à Senhora Deputada que a solução está para Novembro/Dezembro de acordo com o programa director da empresa. Irá sair uma conduta adutora da actual Zona da ETAR de Manteigas, passa por São Gabriel, por Sameiro, por Vale de Amoreira, irá ser construída a estação de tratamento.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, disse que isso já devia ter sido feito, à qual o Senhor Presidente da Câmara respondeu que é da responsabilidade da empresa.

Usou então da palavra, o Senhor Deputado Manuel Craveiro Aldeia, para relembrar que houve um baixo-assinado da Senhora Emília, que é um assunto pertinente visto ainda não se ter resolvido a questão do estacionamento de Trânsito em Manteigas.

O Senhor Deputado Germano Jesus Mamede Cleto, pediu uma informação sobre o relacionamento com a Inatel relativamente ao Ringue de Gelo e Piscina, e que perspectiva está à vista para um futuro próximo dessa obra.

O Senhor Deputado José Martins Cleto pediu informações sobre a execução de um muro e referiu também que tinha que ser resolvido o problema da sinalização em Santo António, e ainda a existência de carros abandonados na via pública.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que na Assembleia Municipal de 01/03/2002 os Senhores Deputados têm direito a subsídio de transporte.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para dar resposta à questão posta pelo Senhor Deputado Germano Jesus Mamede Cleto, e disse que quando este Governo tomou posse, foi falar com o Senhor Secretário de Estado da Tutela do Inatel a quem deu conhecimento que estávamos há já 4 anos à espera de alguma dinamização nesta matéria e que o Senhor Presidente do Inatel se recusava sistematicamente a receber-nos ou a falar connosco ou até a responder-nos por escrito.

O Senhor Secretário de Estado nessa mesma semana pediu um relatório sobre esta matéria ao Inatel e na semana seguinte esteve comigo aqui em Manteigas o Senhor Vice Presidente dando conhecimento que o Inatel estava a reequacionar o processo. Entendendo que o relatório deveria ser dado ao Presidente da Câmara, mas passado um mês e meio o relatório não chegou, então o Senhor Presidente da Câmara perguntou à Senhora Vice Presidente do Inatel por ele ao que respondeu que o relatório nunca tinha sido entregue no Inatel. Então o Presidente da Câmara perguntou qual a razão do Inatel ter dito que não ao empreendimento se não tinham conhecimento desta matéria.

Seguidamente a Senhora Doutora Manuela Espírito Santo, ligou ao Senhor Presidente da Câmara de Manteigas, para o informar que ia mandar finalmente o protocolo, que estaria a ser elaborado pelos juristas.

Por último o Senhor Presidente da Câmara informou, que nesta altura estamos à espera do protocolo, para ver depois se as coisas evoluem.

Tomou a palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, para dizer que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem meios para agir por outras vias. O procedimento por parte do Inatel para legalizar o Hotel e os terrenos é duvidoso e não transparente.

Disse ainda que, existe uma escritura de cessão de doação do então Presidente da Câmara de 66 onde delega ao IOS o Hotel e os terrenos anexos. Isto consta dos livros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de notas da Câmara, o IOS tinha um título para fazer o registo daquilo que era dele, e não se percebe como é que à meia dúzia de anos o Centro Regional de Segurança Social, celebra uma escritura de justificação a invocar a fosse dos terrenos daqueles artigos todos à mais de 20 anos.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, referiu por último, que sabia que o CRSS se tinha apropriado indevidamente de pelo menos um artigo, deixando uma sugestão ao Executivo para pegar nos documentos existentes e consultar um jurista para resolver esta situação.

Foi encerrada a sessão para se dar continuidade na próxima segunda-feira dia 30, pelas 20,30 horas, conforme ficou deliberado.

Aberta a reunião do dia 30 de Outubro, pelas 20,30 horas e conferidas as presenças dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia informou que o Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado e a Senhora Deputada Lúcia Fernandes Almeida Paiva não podem comparecer.

Foi então requerido pelo Senhor Presidente da Assembleia, aos munícipes presentes, e que desejassem intervir na Assembleia o favor de se inscreverem. Inscreveram-se os Srs. Munícipes: José André Lucas Simão, Maria da Conceição Sabugueiro Tacanho, Alfredo Direito Saraiva e Maria de Lurdes Abrantes Pinheiro.

O Senhor José André Lucas Simão fez referência à consequência da Assembleia Municipal das 14H de Sexta-feira em que referiu que as Assembleias Municipais sempre foram à noite, tendo a anterior sido transferida para as 14.00 horas sem ninguém saber de nada, referiu ainda que a conveniência da Assembleia municipal é servir o público e que nestas nunca se pôs o povo a falar ao fim das Assembleias, sempre foi no início destas, o que na sua opinião pessoal estava mal. Falou também da questão da água, referindo que a fábrica das águas Glaciar recebeu água durante 10 anos sem qualquer pagamento, e porque é que o povo também não tem direito a 10 anos de água de borla. Referiu ainda que tinha sido dito o preço Senhor Luís Leitão que a fábrica das águas pagava 10 mil contos e tal contos de salários, por mês, mas refere que os ordenados maiores não ficam em Manteigas.

Focou que o Município e o povo investiram na Fábrica das Águas e que agora que o termo da concessão de borla está a chegar ao fim, é justo que o município tenha direito a alguns dividendos. Pediu ainda que o Senhor Presidente da Câmara explica-se o que quer dizer no boletim municipal esta frase: “ na casa onde todos ralham...”.

A Senhora Maria da Conceição perguntou qual a razão de se colocarem umas tabuletas nas nascentes existentes a informar que a água não é própria para consumo? Disse ainda que havia dias que a água da torneira não se conseguia beber tal é o cheiro a lixívia.

O Senhor Alfredo Direito Saraiva comenta o preço exagerado da água e o facto do 1º escalão em Manteigas ser de 0 a 4 m³, quando noutras localidades este é de 0 a 10 m³.

A Senhora Maria de Lurdes Abrantes pinheiro, comunica que também não concorda com o preço da água e que concorda com o que foi dito pelo Senhor Município José Lucas.

O Senhor Presidente da Assembleia responde ao público, começando por explicar que a antecipação da reunião de sexta-feira já foi justificado na referida reunião as razões da alteração.

Relativamente à empresa de Águas Glaciar referiu que em todo o País, as Câmaras dão todas as facilidades a novas indústrias que se queiram instalar, gerando novos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

postos de trabalho, sendo nessa base que a câmara facilitou a instalação desta empresa, dando a água por um período de 10 anos.

O Senhor Presidente da Assembleia explicou ainda que quem coloca as tabuletas é a Câmara com base nas análises efectuadas todas as semanas por meio do centro de saúde. Relativamente à questão dos escalões, o Senhor Presidente da Assembleia remeteu a resposta a esta questão para o Senhor Vice-Presidente.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, colocou ao Senhor Vice-Presidente a seguinte pergunta: qual o preço médio do m³ da água com as novas tarifas?

Foi respondido pelo Senhor Vice-Presidente, José Manuel Saraiva Cardoso que o preço médio tem de ser uma média ponderada por consumo pelo escalão, e que custa sensivelmente 74\$00, mas a Câmara paga à empresa das águas a 80\$00.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, informou que esta mesma pergunta já tinha sido feita pelo Senhor Deputado Albino Cardoso ao Senhor Presidente da Câmara no dia 30 de Abril de 1999, constando na folha 59 da acta dessa reunião, ao qual foi respondido que o custo era de 45\$00 / m³.

O Senhor Vice-Presidente respondeu à Senhora Deputada que esta estava a confundir o preço da distribuição da água em alta com o preço da distribuição em baixa, e que o preço a que se refere a página 59 da acta de 30 de Abril de 1999 é o preço em alta, sendo neste momento o preço em alta de 80\$00, assim sendo o aumento é inferior a 100%, como referia a Senhor Deputada.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão defende que mesmo assim a percentagem do aumento é muito considerável.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão referenciou que na reunião de 30 de Abril de 1999 em todas as perguntas colocadas ao Senhor Presidente da Câmara pelos Srs. Deputados ele garantiu que os munícipes não seriam penalizados pela adesão às águas do Zêzere e Côa. Foca ainda que só por falta de vontade política da Câmara Municipal é que as taxas não vêm para valores praticados até então.

Pedi a palavra o Senhor José Lucas, reafirmando que o preço da água estava realmente caro, mas que não foi a Câmara que fixou o preço/m³ da água, quem o fez é uma empresa intermunicipal de que fazem parte as autarquias, esse preço foi fixo em 80\$00 / m³. Refere ainda que esta empresa foi uma “feliz” iniciativa do último Governo Socialista e do Ministro José Sócrates, que tencionava à custa desta empresa resolver 3 problemas que afligem todos: o problema das águas, lixos e esgotos. Referiu ainda que a Câmara está a cobrar a água abaixo do preço estabelecido, sendo metade da água paga pelos consumidores e a outra metade paga pela Câmara. Informou ainda que na quarta-feira foi apresentada uma proposta que foi aprovada na sessão de câmara, em que esta se compromete a rever o preço da água, dependendo esta revisão da atenção que o actual Ministro das cidades, Ambiente e Ordenamento do território tiver para com as zonas do interior. O Senhor Vice-Presidente comunicou ainda que todos os Srs. Deputados receberam hoje 2 ofícios que foram subscritos pela Associação de Municípios da Cova da Beira e dirigidos ao Senhor Ministro das Cidades no sentido de que todos os investimentos que há a fazer nesta zona intermunicipal posam ser comparticipados, numa fatia muito maior por parte do Governo e dos fundos comunitários, para que tanto as Câmaras, que estão a ser altamente penalizadas como os munícipes que são os consumidores, possam usufruir de um bom serviço que seja a preços razoavelmente mais baixos. Acrescentou ainda que o Senhor Ministro já mandou o Chefe de Gabinete à região e que estavam esperançados do sucesso da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nossa capacidade de argumentação junto do Senhor Ministro. Informou também que ainda não tinham sido afixados os valores das rendas dos reservatórios de água que são propriedade do Município e que vão ser entregues à empresa das águas para exploração. Para finalizar informou ainda que a Câmara estava sensível para que no âmbito da atribuição do cartão do idoso, possam ser dados benefícios a todas as pessoas que venham a ser utentes do dito cartão, estando pois a falar de reformados e de pessoas que tenham os rendimentos inferiores ao salário mínimo, para que desta forma todas as pessoas com mais dificuldades possam continuar a usufruir de um bem que é de 1ª necessidade nas quantidades razoáveis.

Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, referindo que ficou surpresa quando o Senhor Vice-Presidente informou que ainda não tinham sido avaliados os equipamentos de distribuição de água no Concelho de Manteigas, porque uma das garantias dadas pelo Senhor Presidente da Câmara é que haviam 2 hipóteses de avaliação dos equipamentos: ou eram vendidos à empresa das águas ou seriam alugados durante 20 anos, o que a surpreendia era que tenham estabelecido uma taxa para pagamento da água, não se tendo em conta o desconto do valor da venda ou aluguer dos equipamentos. Referiu ainda que a empresa das águas como empresa municipal e a Câmara de Manteigas como sua parceira, nunca deveriam ter consentido que se mexessem nas taxas de água sem haver um levantamento económico do equipamento de que Manteigas dispõe. Acrescentou ainda que em 1999 foi a adesão, agora que está a ser executado é que se podem cobrar as promessas feitas. A Senhora Deputada frisou ainda que a Câmara tem autonomia para fixar as suas próprias tarifas.

O Senhor Vice-Presidente informou que a situação actual da Câmara é diferente da de à 1 ou 2 anos atrás, e que a partir de Março deste ano as autarquias estão impedidas de se endividarem para certos fins.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, pergunta ao Senhor Vice-Presidente qual foi para a Câmara a previsão do aumento de receita com o aumento das tarifas?

O Senhor Vice-Presidente respondeu à Senhora Deputada que o aumento era de 47%, o que dava um acréscimo de 1.000 € por mês.

A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, comunica que a Câmara por ano arrecada 2400 contos, e que com este valor a Câmara pouco mais poderá fazer do que o que tem vindo a fazer, e que poderia cortar noutras áreas.

O Senhor Vice-Presidente informou a Senhora Deputada que a Câmara tinha de cumprir as Leis.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão respondeu dizendo que o Senhor Presidente da Câmara não teve nenhum problema em violar determinadas Leis que davam limites máximos de determinadas sanções.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Manuel Aldeia, começando por ler um texto pela anulação das tarifas da água e lixo em todo o Concelho, o Senhor Deputado foi interpelado pela Mesa porque estava a fazer um discurso político, sendo a finalidade da reunião ouvir a população.

Em protesto à leitura do texto o Senhor Vice-Presidente José Manuel Saraiva Cardoso abandonou a reunião.

Pedi a palavra o Senhor José André Lucas Simão, onde comunicou que tudo foi um erro político e um erro de estratégia, pedindo ainda que a Assembleia vota-se para que o povo passe a ser ouvido no início das Assembleias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Tomou a palavra o Senhor Deputado João Lucas Leitão, argumentando que a Câmara fez um mau negócio, porque a Câmara fica prejudicada e os munícipes também. Informou ainda que a bancada do PSD não é conivente com o aumento da água.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso para perguntar à Mesa se esta já tinha resposta ao requerimento por ele imposto na 1ª. Parte da reunião da Assembleia.

A Mesa respondeu que tinha sido despachado nesse dia.

O Senhor Deputado Albino Cardoso pediu ainda a presença de Senhor Presidente da Câmara para assim responder às questões colocadas na sexta-feira.

O Senhor Deputado em resposta ao Senhor Deputado João Leitão, referiu que ao contrário da proposta da sua bancada a proposta do PSD, não pedia a suspensão das tarifas, apenas a recomendação da sua revisão.

O Senhor Presidente da Mesa respondeu ao Senhor Deputado Albino Cardoso, dizendo que não se podia suspender o pagamento da água, porque iria ser pior para os munícipes o acumular de contas.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, elucidou que a suspensão se referia ao aumento da água, e que na acta de Junho a proposta de suspender e rever as tarifas da água, foi reprovada, dizendo que a bancada do PSD agiu de má fé, porque só não constava na proposta a palavra “aumento”, e que estes poderiam ter sugerido ao grupo socialista para acrescentar a palavra em causa, e desta forma a recomendação teria chegado à Câmara e causado outro impacto junto do executivo.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Germano de Jesus Mamede Cleto, onde referiu que a proposta feita pela bancada do PS é bem clara.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, e fez a comparação entre o consumidor pagador de Manteigas e o de Lisboa, enquanto que em Manteigas no 1º escalão se paga 0.30 €, em Lisboa no mesmo 1º escalão paga-se 0.1167 €, havendo uma diferença de quase 300% entre eles, sendo também a diferença de nível de vida entre os dois consumidores pagadores de extremos, referindo ainda que a água dos Lisboetas vai daqui.

O Senhor Presidente da Mesa respondeu dizendo que custam mais as infra-estruturas aqui para 3 ou 4 mil habitantes do que em Lisboa para 10 ou 20 mil.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso referiu que o custo de manutenção e produção de água na Guarda é de 90\$00 enquanto que Manteigas tem negociado com a empresa de águas do Zêzere e Côa, um preço de 85\$00, quando aqui não são necessárias bombas para a água.

Fez-se então um intervalo de quinze minutos a solicitação do Senhor Presidente da Assembleia.

Retomados os trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia pediu aos Senhores Munícipes para entrarem para terem conhecimento de um documento que já estava na posse dos Senhores Deputados, mas que iriam ler para informar todos que a Câmara estava a dar passos para que o assunto fosse resolvido.

De seguida o Senhor Secretário da Mesa procedeu à leitura do documento, no final da leitura o Senhor Presidente da Assembleia disse que perante isto a Câmara já estava a tomar medidas, para que as recomendações feitas na última Assembleia, possam chegar a bom porto.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, disse que isto foi uma tentativa infeliz de atirar areia para os olhos de todos os que ali estavam, porque segundo o artigo 64, alínea J, n.º 1, compete à Câmara fixar as tarifas e os preços da prestação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de serviços ao público, o documento lido não tinha nada a ver com as tarifas da água, o documento está relacionado com o sistema Multimunicipal do tratamento de resíduos sólidos da Cova da Beira e com o abastecimento de água e saneamento do Alto Zêzere e Côa, tendo o documento as recomendações do Senhor Presidente do Conselho de Administração, que por sinal é o Senhor Presidente da Câmara de Manteigas, o Senhor Dr. José Manuel Custódia Biscaia, que vem pedir uma série de medidas ao Senhor Ministro das Cidades e Ordenamento do Território, no sentido de legislar estes procedimentos que lhe são convenientes, nomeadamente os últimos. Refere ainda que o documento não está relacionado com as tarifas impostas pela Câmara, porque é da competência da Câmara fixar tarifas, e não são Entidades exteriores ao município a fazê-lo.

O Senhor Presidente da Assembleia, tenta fazer compreender à Senhora Deputada que este documento serve para pedir para baixar o preço da água praticado pela Empresa de Águas do Zêzere e Côa de 80\$00 para 76\$00, e desta forma a Câmara poderá baixar as tarifas da água.

A bancada do PS, pede ao Executivo da Câmara que repense a sua posição no sentido de manter as tarifas que tinha antes do aumento.

A bancada do PSD reforça a recomendação da Assembleia municipal de 28 de Junho de 2002, sobre o assunto.

A bancada da CDU reforça a moção da última Assembleia onde era pedida a suspensão das tarifas do lixo e água.

O grupo parlamentar do PS fez uma proposta no sentido de serem repostas as tarifas da água em vigor antes do aumento. Procedeu-se de seguida à votação da proposta e esta é aprovada por maioria com 14 votos a favor e 2 abstenções.

Os Srs. Deputados Luís Pedro Matos Soares e José Quaresma Domingos, fizeram uma declaração de voto onde justificam a sua abstenção dizendo que a proposta é ilegal visto estarem no período de atendimento ao público.

O Senhor Deputado Germano de Jesus Mamede Cleto, pede a palavra para prestar um esclarecimento e para isso refere no artigo 26 do regimento em vigor as alíneas: b, c, d, e.

O Senhor Presidente de Assembleia informa que a comissão esteve reunida essa tarde e que o regimento foi aprovado por maioria com 5 votos a favor e 1 contra, este será dactilografado e entregue aos Srs. Deputados.

Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos, e em particular a daqueles que voltaram à Assembleia e que deram a sua colaboração à Assembleia. De seguida, deu por encerrada a Sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada.
